

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2011

*Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre itens adquiridos, no final de 2010, pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército, com a finalidade de equipar o Forte dos Andradas, no Guarujá-SP.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre itens adquiridos, no final de 2010, pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército, com a finalidade de equipar o Forte dos Andradas, no Guarujá-SP:

1. Quais foram os itens adquiridos nos dias 29 e 30 de dezembro de 2010 pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército destinados a equipar o Forte dos Andradas?

2. Qual o custo de cada uma dessas compras? Anexar cópia das notas de empenho de cada uma das compras.
3. As compras acima citadas obedecem ao disposto na Lei 8.666/93? Qual a modalidade de licitação adotada em cada uma dessas compras?
4. As compras acima relacionadas atendem a alguma necessidade militar?
5. Qual a justificativa para a aquisição de cada um dos itens acima relacionados?

### **JUSTIFICATIVA**

A imprensa noticiou, nos primeiros dias de 2011, que o ex-presidente Lula se hospedou por alguns dias com a família no Forte dos Andradas, no Guarujá (SP), em suas férias, a convite do Ministro da Defesa e com as despesas pagas pelo governo.

O Forte dos Andradas, uma base do Exército, acolhe a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército, responsável, segundo a imprensa, pela compra de alguns utensílios domésticos que, *a priori*, não atendem a uma necessidade militar, o que sugere que tais itens teriam sido adquiridos para atender especificamente aos convidados do Ministro da Defesa.

Assim, o requerimento que ora apresento pretende questionar a necessidade dessas compras, principalmente em um momento em que a responsabilidade com a redução de gastos deveria ser prioridade para o governo.

Sala das Sessões,            de fevereiro de 2011.

Senador **MÁRIO COUTO**